

LES0237 – Sociedade, Cultura e Natureza Da segurança à soberania alimentar

Giovana Catarina Fornari Moreira; Leonardo Santos Domingues; Luiza Boldo e Thierry Fuger Reis Couto.

Introdução

O debate em torno da segurança e soberania alimentar trata, acima de tudo, do combate contra a fome e da melhor forma de distribuição dos alimentos no planeta. Estas questões são fundamentais no âmbito dos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Deste modo, é clara a relevância deste tema para a reflexão sobre a Ciência para Paz, projeto desenvolvido pela ESALQ/USP.

A emergência da soberania alimentar

Há uma polissemia em torno da noção de segurança alimentar, o que leva a descontentamentos que explicam a proposição da soberania alimentar. De fato, a noção de segurança alimentar nasce após a Segunda Grande Guerra, num quadro de devastação na Europa. Nesse contexto, o propósito de segurança alimentar aparece nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) europeia com uma ótica primordialmente produtivista. Tratava-se de aumentar a produção a fim de abastecer o mercado alimentar europeu a partir de uma “preferência comunitária”.

A noção de segurança alimentar evolui com o passar do tempo. No Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar proposta no início dos anos 1990 e incorporada em alguma medida pelo governo Itamar Franco abarca temas como emprego, renda e reforma agrária.

Assim, é possível interpretar que a noção de segurança alimentar sustenta diversas ideias e é mobilizada para a defesa de projetos diferentes, muitas vezes antagônicos.

Desta forma, em 1996, durante a realização da Cúpula Mundial da Alimentação, a Via Campesina, organização internacional representativa das agriculturas familiares, discordou da ideia segundo a qual uma produção abundante de alimentos a preços baixos, em mercados internacionais liberalizados, bastaria para alcançar segurança alimentar.

Então, a Via Campesina propõe a noção de soberania alimentar, enfatizando ideias com vistas ao reconhecimento dos direitos dos agricultores, priorizando a produção alimentar local, o livre acesso às sementes, a salvaguarda da água, o direito dos Estados em proteger suas agriculturas e a participação das populações nos processos de tomada de decisão.



Conclusão

A proposta de soberania alimentar, portanto, visa resguardar as agriculturas locais como meio eficaz de combate à fome e de abastecimento alimentar, reconhecendo a multifuncionalidade da atividade agrícola. O interesse da Universidade por esta perspectiva de soberania alimentar é bastante pertinente, considerando o papel da ciência para contribuir com a paz.

Referências Bibliográficas

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87.

Realização



Apoio

